

**MULTICULTURALISMO
COMO FORMA DE SOCIALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO
EM SALA DE AULA**

Carolina Carlos da Silva de Souza Sobrinho (UENF)

carolsobrinho@gmail.com

Bianka Pires André (UENF)

biankapires@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo discutir a presença do multiculturalismo no ambiente escolar, especialmente, em sala de aula, como forma de integração das diferenças e como instrumento para promoção de práticas pedagógicas inclusivas. A formação de professores, nem sempre contempla questões pluriétnicas e culturais da sociedade brasileira, de forma que uma visão homogeneizada e linear pode conduzir ações monoculturais e eurocêntricas. Por essa razão, ressaltamos a necessidade de uma formação docente que enfoque questões de gênero e de raça, formas de comunicação, manifestações culturais e religiosas, violência e exclusão social que configuram o cenário social, político e cultural. A escola como espaço interdisciplinar absorve todas essas demandas sociais. Como marco teórico desse trabalho destacamos a ideia de Canen (2007) na qual o multiculturalismo encara as identidades plurais como a base de constituição das sociedades. Dessa forma, as práticas pedagógicas em sala de aula se revelam como fortes estratégias para a promoção da consciência cidadã de crianças e jovens.

Palavras-chave: Multiculturalismo. Ambiente escolar. Socialização.

1. Introdução

A discussão e reflexão proposta neste trabalho giram em torno das tensões multiculturais geradas e vivenciadas no ambiente escolar, especialmente, no espaço da sala de aula.

A sociedade transfere cada vez mais à escola o dever de uma formação cidadã, que agregue desde valores à aspectos cognitivos. No entanto, a escola não cumpre seu dever social isolada das demais instituições, é necessário o apoio da família, por exemplo.

Um dos motivos de discórdia entre os estudiosos do multiculturalismo está no próprio nome, uma vez que alguns consideram mais adequado a utilização do termo *interculturalismo*, por considerarem que traz a ideia de culturas em relação. Além do termo, citamos também como impasse, as perspectivas pelo qual o multiculturalismo é defendido, des-

de uma perspectiva folclórica até a perspectivas mais críticas.

Essas diferentes abordagens e tensões existentes acerca do multiculturalismo proporcionam uma revisão e reflexão sobre as formas pedagógicas de inseri-lo de maneira que os sujeitos envolvidos nesse processo sejam contemplados.

Para que a educação multicultural aconteça nas escolas é necessário que os profissionais envolvidos possuam uma formação adequada, que atenda o trabalho individual, mas também as demandas coletivas impostas pelas diferenças.

Canen e Moreira (2001) defendem a necessidade de formação emocional do professor, uma vez que para enfrentar as adversas situações diárias o docente precisa de um olhar afetivo.

Com relação ao currículo, houve alguns avanços legais ligado a questões multiculturais, como os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) e a lei nº 10.639/03, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". No entanto, o questionamento que fazemos está na prática docente, será que houve mudança no trabalho em sala de aula?

Outro fato, que torna a tarefa da educação multicultural desafiadora está ligada a obrigatoriedade de cumprir um currículo disciplinar adotado e, muitas vezes, elaborado pelas secretarias sem a participação dos professores. Diante dessa realidade, o professor necessita ser um questionador capaz de refletir e reformular o currículo e sua prática, com vistas a diminuir a marginalização dos grupos que não são contemplados nas atividades dos livros didáticos, por exemplo. Para conquistar essa liberdade é necessário que as atividades ultrapassem o cunho folclórico das datas comemorativas e análises superficiais e incorporem tensões e aspectos multiculturais críticos ao debate cotidiano.

2. Entendendo o multiculturalismo

O multiculturalismo é um termo que tem sido empregado com frequência em publicações e eventos, estando ou não associados a educação. Por isso, nosso primeiro passo, será entendê-lo visto que há diferentes significados.

Segundo Candau (2008), o multiculturalismo não nasceu nas universidades e no âmbito acadêmico em geral, de forma que seu *locus* de

produção está nos movimentos sociais. A autora também enfatiza que um dos motivos de discórdia entre os estudiosos e críticos do tema está no próprio nome, devido a polissemia do termo.

Considero que um primeiro passo nessa direção é distinguir duas abordagens fundamentais: uma descritiva e outra prescritiva. A primeira afirma ser o multiculturalismo uma característica das sociedades atuais. [...] A perspectiva prescritiva entende o multiculturalismo não simplesmente como um dado da realidade, mas como uma maneira de atuar, de intervir, de transformar a dinâmica social. (CANDAUI, 2008, p. 50)

Ainda segunda a autora, é necessário distinguir as diferentes concepções que podem inspirar essa construção: o multiculturalismo assimilacionista, o multiculturalismo diferencialista e a interculturalidade.

Uma política assimilacionista favorece que todos se integrem na sociedade e sejam incorporados à cultura hegemônica. [...] a abordagem diferencialista propõe colocar ênfase no reconhecimento da diferença e garantir espaços para que estas possam se expressar[...] O multiculturalismo crítico e de resistência parte da afirmação de que o multiculturalismo tem de ser situado a partir de uma agenda política de transformação. (CANDAUI, 2008, p. 50-51)

Dessa forma, o multiculturalismo é defendido, desde uma perspectiva folclórica até a perspectivas mais críticas.

O multiculturalismo crítico ou perspectiva intercultural crítica busca articular as visões folclóricas a discussões sobre as relações desiguais de poder entre culturas diversas, questionando a construção histórica dos preconceitos, das discriminações, da hierarquização cultural. (CANEN, 2005, p. 93)

Assim, de acordo com a autora, o trabalho pedagógico depende do tipo de abordagem a ser seguida. Na folclórica, por exemplo, a pluralidade cultural é valorizada, mas as estratégias de trabalho se resumem aos aspectos exóticos, folclóricos e pontuais, como as datas comemorativas.

Essas diferentes abordagens e tensões existentes acerca do multiculturalismo proporcionam uma revisão e reflexão sobre as formas pedagógicas de inseri-lo de maneira que os sujeitos envolvidos nesse processo sejam contemplados.

Destacamos a ideia de Charlot (2006) ao propor uma definição para o multiculturalismo,

Um campo de saber...em que se cruzam, se interpelam e, por vezes, se fecundam, de um lado, conhecimentos, conceitos e métodos em de outro, saberes, práticas, fins éticos e políticos. O que o define...é essa mestiçagem, essa circulação. (CHARLOT, 2006, p. 9)

De acordo com o autor, o multiculturalismo está além de uma prá-

tica ou mesmo política, destacando-a como um campo de saber no qual perpassam e conversam entre si diferentes saberes, línguas, práticas e culturas.

Em contrapartida, Gonçalves e Silva (1998) destacam que o multiculturalismo é uma estratégia política de reconhecimento e representação da diversidade cultural, não podendo ser concebido dissociado dos contextos das lutas dos grupos culturalmente oprimidos.

Neste sentido, Bourdieu (1999) expressa certo receio ao Multiculturalismo, pois este ao defender as identidades marginalizadas pode criar novos universalismos e essencialismos identitários.

De acordo com Taylor (1997), as sociedades estão a tornar-se cada vez mais multiculturais e, ao mesmo tempo, mais permeáveis. Como já vimos, o multiculturalismo refere-se à existência de diferentes culturas numa mesma sociedade e como destacou o autor acima, é uma tendência social que as diferenças culturais aumentem cada vez mais com o passar o tempo e o grande desafio é uma harmoniosa convivência.

Segundo Lévy (1999), no que tange a pensamentos, comportamentos, crenças e valores, tem havido abertura para a aceitação de novos padrões de beleza, de trabalho, de relacionamentos assim como maior possibilidade de questionamentos sobre modelos de casamento, modelos de sucesso, sobre as expectativas e desejos fabricados.

Acreditamos que as redes sociais funcionam como uma importante forma de expressão de pensamentos e opiniões acerca de determinados comportamentos e situações que podem ser amplamente divulgadas ou não.

D'Akesky (2005) argumenta a favor de um “multiculturalismo democrático” como política capaz de reconhecer as singularidades de cada cultura, sem a pretensão de se identificar uma cultura como universal e ampliando o diálogo e o respeito entre as diversas formas de manifestação e identificação cultural.

Neste contexto, acreditamos que a postura defendida pelo autor só será possível através da educação, até mesmo pelo fato da própria escola ser um espaço de convivência de culturas diferentes.

De acordo com Canen (2005), o multiculturalismo deve superar posturas dogmáticas, que tendem a congelar as identidades e desconhecer as diferenças no interior das próprias diferenças.

3. *Cultura, socialização e multiculturalismo*

A cultura, no mundo atualmente, tem sido enfatizada por autores de diferentes tendências. No âmbito do pensamento pós-moderno, a cultura adquire cada vez mais um papel significativo na vida social: hoje, tudo chega mesmo a ser visto como cultural (BAUDRILLARD, *apud* FEATHERSTONE, 1997). Assim, a cultura estaria, além do social, descentralizando-se, livrando-se de seus determinismos tradicionais na vida econômica, nas classes sociais, no gênero, na etnicidade e na religião.

Na área da educação Michael Apple (1999) sustenta que lutas e conflitos culturais não constituem meros epifenômenos, mas sim eventos reais e cruciais na batalha por hegemonia. Desse modo, as explicações centradas na cultura, na política e na ideologia assumem hoje papel de destaque no cenário social, adicionando-se às análises dos fenômenos complexos e contraditórios que se desenvolvem no nível econômico.

Apple acrescenta que valorizar e reconhecer a importância da esfera cultural não pode implicar a desconsideração da força do capitalismo, do caráter determinante das relações de produção e do poder da classe social.

Na concepção da sociologia, o conceito de cultura simboliza tudo o que é aprendido e partilhado pelos indivíduos de um determinado grupo e que confere uma identidade dentro do seu grupo que pertença e que é transmitido de geração em geração. Na sociologia não existem culturas superiores, nem culturas inferiores, pois a cultura é relativa, o que se designa em sociologia por relativismo cultural.

As sociedades mais desenvolvidas são compostas, cada vez mais, por pessoas de diversas origens culturais. Nestes contextos, cultura já não pode ser defendida como um conjunto de características mais ou menos imutáveis, atribuídas a grupos de pessoas. As diversas etnias têm, evidentemente, características culturais próprias que as identificam e as distinguem, mas as pessoas das diferentes culturas, interagem, diariamente entre si, com base em elementos culturais que lhes são comuns. (FORD & HARRIS, 2000, *apud* PEREIRA, 2004)

Este processo se explica pela globalização, que de acordo com Kellner (*apud* TORRES, 2001) traz algumas implicações para as culturas:

Cultura é hoje um terreno particularmente complexo e contestado, à medida que as culturas globais invadem as locais e que surgem novas configura-

ções unindo os dois polos, pondo em ação forças contraditórias de colonização e resistência, de homogeneização global e de formas e identidades locais híbridas. No entanto, com essas mudanças culturais causadas pelo processo de globalização, que se pode denominar globalismo localizado, altamente criticadas pelos adeptos do multiculturalismo, o mundo está, isto sim, a caminho de uma única cultura predominante, embora existindo outras culturas, porém sobrepostas a estas. (KELLNER, *apud* TORRES, 2001, p. 85)

Numa perspectiva multicultural, cultura deve ser entendida como “uma elaboração coletiva em transformação constante em que as culturas dos imigrantes e das minorias são aspectos específicos a ter em conta nas mudanças das sociedades e dos indivíduos”. (CARDOSO, 1996, *apud* PEREIRA, 2004)

A socialização é a transmissora da cultura e a transmissão dá-se através da educação, por esse processo de aculturação e aprendizagem ao longo da vida e endoculturação do ser social. Entendendo, também, a escola como espaço socializador, percebemos que a proposta curricular deve estar pautada na cultura de procedência do aluno.

Destacamos que cultura de origem não deve ser compreendida como um conceito abstrato, mas sim “diferentes e dinâmicos estilos de vida de sociedades e grupos humanos e às redes de significados que as pessoas e grupos usam para construir seus significados e comunicar-se entre si”. (HALL, 1992, p. 10)

Pierre Bourdieu (1998), analisou a dicotomia das forças e relações do indivíduo com a sociedade, associando a socialização aos conceitos de *habitus* e de reprodução. Do seu ponto de vista, o *habitus* engloba estruturas e práticas que são o resultado de uma aprendizagem social, que permite também construir uma identidade social.

Ainda de acordo com o autor, sendo o *habitus*, simultaneamente um laço de pertença a uma classe e um dos fatores de reprodução das normas do grupo, das suas representações e estruturas, fala-se em violência simbólica quando a interiorização passa a ser imposta pelas normas do grupo.

Dessa forma, a socialização é o processo pelo qual o indivíduo integra o coletivo, ou seja, através dela é que as ideias e valores estabelecidos pelo coletivo passam a constituir o indivíduo e pela apreensão destas é que ele se adapta aos grupos que faz parte.

Podemos considerar, então, a socialização como um processo dinâmico, contribuindo para a formação da personalidade do indivíduo,

que por sua vez passa a ser ferramenta de manutenção e transformação do processo de socialização, pois quem é socializado é também socializador, e tal interação e integração estará sempre presente, pois enquanto houver relação humana haverá socialização.

A educação é para Carreira (2008) “um processo contínuo que funciona como um sistema aberto e se desenvolve ao longo da vida, em interação com o meio” e “um processo de aquisição, de transformação e de adaptação do indivíduo à sociedade”. (CARREIRA, 2008)

Algumas abordagens dos sociólogos da educação focalizam-se nos diferentes sistemas que desenvolvem a socialização dos indivíduos. Durkheim chamou de "socialização", a consciência coletiva que seria formada durante a nossa socialização e seria composta por tudo aquilo que habita nas nossas mentes e que serve para nos orientar como devemos ser, sentir e nos comportar. No seu entender, a educação consiste numa socialização metódica, pois o homem só o é, de fato, quando inserido numa sociedade. (DURKHEIM, 2001)

A socialização é, portanto, uma ferramenta de interação entre a sociedade e o indivíduo e a primeira molda a personalidade do segundo e é também um agente condicionador do comportamento do indivíduo e, estando inserido neste contexto, qualquer ação do indivíduo no seu meio é a realização da socialização.

Entretanto, e apesar de viver num determinado meio social, o indivíduo tem a sua própria identidade e liberdade, como considera Giddens (1997):

O fato de estarmos envolvidos em interações com outros, do nascimento à morte, condiciona certamente as nossas personalidades, os nossos valores e o comportamento que adquirimos. No entanto, a socialização está também na origem da nossa própria individualidade e liberdade. No decurso da socialização, cada um de nós desenvolve um sentido de identidade própria e a capacidade de agir e pensar independentemente. (GIDDENS, 1997, *apud* CARREIRA, 2002, p. 46)

Este fenômeno da socialização é o que acontece nas sociedades multiculturais onde existe uma relação entre os papéis sociais e os indivíduos: o indivíduo precisa e depende da sociedade e esta só existe em razão dos indivíduos; nesta relação surgem as regras e normas como meios de coerção social para manter o equilíbrio desta relação, e estas afetam o indivíduo que passa a ter uma liberdade condicionada, e ele ora as atende e ora as transgredir, gerando conflitos com o seu meio por este não exercer satisfatoriamente o seu papel social.

Assim, a socialização é um processo permanente na vida dos indivíduos, tanto no momento em que esses adquirem novos papéis na vida social como quando eles se ajustam à perda de papéis sociais antigos. Situamos, também, que a problemática das relações entre escola e cultura é inerente a todo processo educativo, pois não existe educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e, particularmente, do momento histórico em que se situa.

4. Multiculturalismo: elemento integrador em sala de aula

Pensar na prática do multiculturalismo em sala de aula requer refletir a formação do professor, pois este exerce um importante papel intercultural, podendo favorecer ou mesmo criar obstáculos ao diálogo entre culturas e etnias, por exemplo. Um trabalho pedagógico integrador envolve o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos, como também, o desenvolvimento de competências e capacidades de cada um.

Neste contexto, temos Moreira (2001) apresenta algumas indagações:

Que professores estão sendo formados, por meio dos currículos atuais, tanto na formação inicial como na formação continuada? Que professores deveriam ser formados? Professores sintonizados com os padrões dominantes ou professores abertos tanto à pluralidade cultural da sociedade mais ampla como à pluralidade de identidades presente no contexto específico em que se desenvolve a prática pedagógica? Professores comprometidos com o arranjo social existente ou professores questionadores e críticos? Professores que aceitam o neoliberalismo como a única saída ou que se dispõem tanto a criticá-lo como a oferecer alternativas a ele? Professores capazes de uma ação pedagógica multiculturalmente orientada? (MOREIRA, 2001, p. 43)

A preocupação do autor justifica-se num momento de grande coabrança da sociedade para que a educação potencialize o desenvolvimento de uma postura multicultural de seus membros. Por isso, de acordo com Moreira e Candau (2003) a formação deve ajudar os professores a desenvolverem uma nova identidade, uma nova postura, assim como “novos saberes, novos objetivos, novos conteúdos, novas estratégias e novas formas de avaliação”.

O papel do educador é determinante no processo de construção, reapropriação e reinvenção do conhecimento. Através da análise crítica dos textos, de questionamentos das ilustrações, da comparação do que se lê com o que se vê e da comparação do que se lê nos textos oficiais com

o cotidiano, experiências e cultura pessoais, pode-se desconstruir estigmas relacionados a questões multiculturais.

Para isso, é fundamental um trabalho diário pautado na integração e na inter-relação do diferente em sala de aula, com foco nas contribuições das diferentes culturas para a sociedade na qual vivemos hoje. Assim, a utilização de livros, imagens, propagandas, reportagens, filmes, documentários e novelas podem ajudar na compreensão do diferente e promover um olhar multicultural, sem pré-conceitos. Para tanto, entender o que é cultura, como discutimos anteriormente, é fundamental.

Esse entendimento de cultura é necessário para o professor na medida em que ele atua em um sistema que através da tradição seletiva impõe a cultura dominante efetiva a alunos de segmentos étnicos e raciais diversos, colocando-a como a 'tradição' e o passado significativo. O conteúdo é realmente significativo quando este é relacionado com o contexto sociocultural do aluno e lhe propicia o domínio do conhecimento sistematizado. (SILVA, 2001)

A tarefa é complexa, porém acreditamos que uma orientação específica contribua para desenvolver no processo uma reflexão que possibilita uma ação criadora por parte dos alunos. Para tanto é preciso acreditar que a aprendizagem não se realiza de forma estática. Silva (2001), salienta que o conteúdo é realmente significativo quando este é relacionado com o contexto sociocultural do aluno e lhe propicia o domínio do conhecimento sistematizado.

Outro fato, que torna a tarefa da educação multicultural ainda mais difícil está ligada a obrigatoriedade de cumprir um currículo disciplinar adotado e, muitas vezes, elaborado pelas secretarias sem a participação dos professores. Diante dessa realidade, o professor necessita ser um questionador capaz de refletir e reformular o currículo e sua prática, na medida do possível, com vistas a diminuir a marginalização dos grupos que não são contemplados nas atividades dos livros didáticos, por exemplo. De acordo com Santomé (2005),

É muito raro no espaço das salas de aula, que os professores desafiem os alunos e alunas a refletir e investigar as questões relacionadas com a vida e a cultura dos grupos mais próximos do contexto local a que pertencem. Assim, os materiais e o próprio currículo não oferecem qualquer elemento com o qual esses educandos possam se identificar; "suas crenças, conhecimentos, destrezas e valores são ignorados". Em geral, o local é encarado como um estigma, algo que, dentro de uma prática "colonizadora" é necessário ocultar ou, pelo menos, não problematizar. (SANTOMÉ, 2005, p. 170)

O posicionamento do autor nos remete a algumas reflexões ligadas à nossa própria vivência escolar. Atividades que envolvam o lugar

onde moramos e as aprendizagens relacionadas às vivências quase não aparecem na prática pedagógica diária.

A ocultação desse assunto, por exemplo, carrega em si uma negatividade, principalmente para os alunos que residem em locais já estigmatizados socialmente e, muitas vezes, a própria escola só faz aumentar este preconceito.

Neste contexto, destacamos alguns avanços legais envolvendo questões multiculturais. Os PCN e a lei nº 10.639/03, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Nos PCN (1997), encontramos a seguinte fala, com relação a pluralidade cultural

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. A sociedade brasileira é formada não só por diferentes etnias, como por imigrantes de diferentes países. Além disso, as migrações colocam em contato grupos diferenciados. Sabe-se que as regiões brasileiras têm características culturais bastante diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação. O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (PCN, 1997, p. 27)

Neste ponto, o documento do MEC enfatiza o dever da escola perante as demandas sociais e culturais, no entanto, a escola não se faz sozinha, ela é construída por pessoas, que necessitam de uma preparação profissional a fim de torná-la, de fato, um local de diálogos ao invés de confrontos.

Acreditamos que, aliada à elaboração de políticas públicas torna-se necessário um amplo movimento que leve à revisão dos currículos e materiais pedagógicos em todos os níveis de ensino, principalmente dos livros didáticos, no que tange a constituição social, demográfica, cultural e política. Imprescindível, também, é o estabelecimento de diretrizes para uma sólida formação do profissional da educação, tendo como enfoque, dentre outras questões, as abordagens referentes à pluralidade cultural.

É necessário que os agentes educacionais (todos os envolvidos na escola) respeitem as experiências de vida, a linguagem e os valores cultu-

rais dos alunos. Pois, como sabemos, não existem conhecimentos que sejam melhores ou mais legítimos do que outros. É importante integrar essas experiências para que o aluno perceba uma articulação da vida social com seu cotidiano escolar. Ao dar liberdade de expressão o professor, em sala de aula permite que estes sejam encorajados a atuar criticamente em outras instâncias do mundo social.

Para conquistar essa liberdade, é necessário que as atividades ultrapassem o cunho folclórico das datas comemorativas e análises superficiais e incorporem tensões e aspectos multiculturais críticos ao debate cotidiano.

Como as turmas e os próprios professores são heterogêneos, não existe nenhum manual de instruções que nos forneça o passo a passo para o trabalho multicultural em sala de aula. No entanto, a contextualização do currículo escolar e a contribuição disciplinar no desenvolvimento de eixos temáticos trabalhados de forma interdisciplinar podem indicar um caminho de excelência para o ensino e valorização da diversidade. André (2012) em seu trabalho "Um Multiculturalismo à Brasileira", destaca que

Uma política que de fato reconhecesse as diferenças culturais no ambiente escolar, seria por um lado abraçar o modelo aberto e interativo de Candau (2009) que visa a educação e a negociação cultural; adotar como modelo o multiculturalismo revolucionário de McLaren (1997) que propõem não só o combate às práticas discriminatórias, mas também, uma reestruturação nas bases sociais, políticas e culturais; assumindo também o multiculturalismo crítico e pós-modernizado ou pós-colonial sugerido por Canen (2007) que, não congela as diferenças e a capacidade de construção das identidades plurais como base de construção das identidades. (ANDRÉ, 2012, p. 21)

Dessa forma, destacamos que todas as perspectivas multiculturais têm muito a contribuir para o trabalho pedagógico em sala de aula. O caso, não está em julgar ou separar se existe bom ou ruim, a questão é saber, através de uma formação apropriada, os momentos da prática que mais se adéquam ao trabalho com as respectivas perspectivas.

5. Considerações finais

Esta breve reflexão nos leva a considerar, a escola como importante meio de socialização e integração das diferentes culturas. Dessa forma, a sala de aula poderá ser um espaço para o conhecimento e valorização de culturas, se houver uma metodologia que estimule discussões e reflexões, ultrapassando o olhar folclórico cultural.

A escola é um ambiente social, onde se confronta diferentes culturas, etnias, sendo assim é importante que em suas práticas cotidianas seja prioridade a construção de valores e saberes.

No atual cenário brasileiro, uma formação multicultural implica uma revisão dos próprios projetos pedagógicos das universidades. É preciso que haja uma reformulação das práticas pedagógicas desenvolvidas. Também é fundamental que se discuta a questão do currículo dos cursos destinados à formação de professores.

Percebemos que tivemos alguns avanços legais, como os PCN, reconhecendo que um dos maiores desafios da escola é vencer a discriminação. No entanto, nos entristecemos ao ver que, na prática, os professores ainda não possuem uma formação adequada para alcançar esta necessidade de ensino.

Outro fato, que torna a tarefa da educação multicultural ainda mais difícil está ligada a obrigatoriedade de cumprir um currículo disciplinar adotado e, muitas vezes, elaborado pelas secretarias sem a participação dos professores. Diante dessa realidade, o professor necessita ser um questionador capaz de refletir e reformular o currículo e sua prática, na medida do possível, com vistas a diminuir a marginalização dos grupos que não são contemplados nas atividades dos livros didáticos, por exemplo.

Como as turmas e os próprios professores são heterogêneos, não existe nenhum manual de instruções que nos forneça o passo a passo para o trabalho multicultural em sala de aula. No entanto, a contextualização do currículo escolar e a contribuição disciplinar no desenvolvimento de eixos temáticos trabalhados de forma interdisciplinar podem indicar um caminho de excelência para o ensino e valorização da diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, B. P. Um multiculturalismo à brasileira: a importância do reconhecimento das diferenças e da diversidade cultural no ambiente escolar. *RETTA*, vol. III, n. 06, p.15-24, jul./dez. 2012.

APPLE, Michael W. *Power, meaning and identity: essays in critical educational studies*. New York: Peter Lang, 1999.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras, 1999.

_____. Questions aux vrais maîtres du monde, *Libération and L'Humanité*, 13 oct, 1998.

BRASIL. Lei n. 10.639 de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10/01/2003. Secção 1, p. 1.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais*. Introdução. Ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDAU, Vera Maria. (Org.). *Somos tod@s iguais?* Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Direitos humano, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*. vol. 13, n. 37, jan./abr.2008.

CANEN, Ana. Avaliando a avaliação a partir de uma perspectiva multicultural. *Educação Brasileira*, 2005, vol. 27, n. 54, p. 95-114.

_____; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente. In: _____. *Ênfases e omissões no currículo*. São Paulo: Papirus, 2001, p. 15-44.

CARREIRA, T. *Educatio: novos desafios – sociologia da escola*. Lisboa: Minerva, 2008.

CARREIRA, T.; BASTOS, P. Socialização, assertividade e competências. Saberes plurais para um melhor modelo de professor. *Anais Universitários*. Série de Ciências Sociais e Humanas, 11 e 12, Saberes Plurais: Povos e Culturas. Universidade da Beira Interior, 2002

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 11, n. 31, p. 7-19, 2006.

D'ADESKY, J. E. F. *Racismos e antirracismos no Brasil*. Pluralismo étnico e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2001.

FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

GONÇALVES, L. O.; SILVA, P. G. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

HALL, Stuart. Race, culture and communications: looking backward and forward at cultural studies. *Rethinking Marxism*, vol. 5, n. 1, 1992.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículo, cultura e formação de professores. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 17, p. p. 39-52, 2001. Disponível em:

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/2066/1718>.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomás Tadeu da. (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 159-177.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. In: _____. (org.). *Stuart Hall, Kathryn Woodward*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAYLOR, C. *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

TORRES, C. *Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado*. Petrópolis: Vozes, 2001.